

Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica

Álvaro Domingues¹

1. O estado da arte – algumas invariantes

Depois de ter constituído um conceito central para a Geografia, a Paisagem encontra-se hoje num complicado cruzamento de saberes vários, de ideologias, de modos de avaliação, de polémicas, seja sobre as paisagens urbanas, seja sobre as rurais ou outro qualquer adjectivo dos muitos facilmente encontráveis.

Sendo a paisagem uma construção social e não uma entidade com existência própria, e sendo o seu significado assumidamente polissémico, é possível encontrarmos as mais diversas aproximações ou “olhares”, desde os diversos campos da criação artística, aos disciplinares ou científicos (cf. FINISTERRA, 2001).

As paisagens da literatura, particularmente do romance, dos românticos como Eça, até aos contemporâneos, como Saramago, adquirem uma multiplicidade de sentidos que, por serem muito mais do que o pano de fundo neutro onde se desenrola a ficção, são inseparáveis da condição emocional do personagem ou do narrador que a descreve. Para Jacinto, da “Cidade e as Serras”, Tormes é um lugar e uma paisagem idealizados, um mundo perfeito, um retorno às origens que se opõe ao cansaço do cosmopolitismo parisiense.

As paisagens da pintura chegaram a estar codificadas pela construção estética do pinturesco ou, antes, pelas regras compositivas do barroco ou da perspectiva renascentista. O rigor estético, a capacidade de evocação, a distribuição da cor ou das texturas, a composição, os temas enfatizados, a “atmosfera”, a luminosidade, sobrepõem-se a qualquer intencionalidade de simples reprodução do visível. No limite, o surrealismo ou o abstracionismo reduzem (ou ampliam) a figuração da natureza ou da paisagem habitada a mundos puramente sensoriais, simbólicos, metafísicos. Na fotografia (cf. BELO, 1999, sobre Orlando Ribeiro), no cinema, na land art, no cenário de palco, na própria música, a representação da paisagem encontra a mesma diversidade de expressões e sentidos que se cruzam com inesgotáveis recursos e temas com que as linguagens artísticas nos interpelam. Pertencem, no entanto, à estética romântica do pinturesco e do neo-realismo muitos traços da produção sobre representações de paisagem que ainda hoje dominam, nomeadamente, nos conteúdos da promoção turística:

¹ Professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Conferência apresentada no 2º Congresso Internacional de Geografia Rural – *Ruralidades: teorias e vivências*, 23-24 de Janeiro de 2003, Faculdade de Letras, Porto.

Entre os morros da Serra do Açor, esconde-se uma aldeia de lousa e tradição. Piódão ergue-se encosta acima, em becos estreitos e casas alinhadas com pequenas janelas de cor azul. É aqui que se pode beber uma boa aguardente de mel ou provar mel com avelãs. A natureza ofereceu à aldeia toda a grandiosidade da Serra do Açor. A beleza é indescritível. A água que corre no vale, que salta nas quedas de água, o som que emite no silêncio da serra e o ar puro que se respira não tem comparação. É assim que se vive no Piódão. Entre um verde arrebatador e as casas de lousa. O traçado típico da arquitectura, a brancura da igreja medieval e a amabilidade das pessoas fica no coração, como uma paixão de amor. E no regresso, ao subir-se a estrada íngreme e serpenteante, leva-se na memória a calma e a beleza de uma aldeia histórica preservada pelo homem e pela natureza. (in www.cartadolazer.inatel.pt)

Noutro registo, o caso particular das paisagens ditas rurais, é, porventura, aquele que em Portugal se reveste de um maior número de conteúdos, intenções e contradições. A permanência do mundo rural tradicional trazida quase até à contemporaneidade, confrontou-nos com situações paradoxais de mudança e de ruptura. Em simultâneo, e pelo efeito conjugado do esvaziamento demográfico, do abandono, da obsolescência da actividade agrícola como suporte económico das populações, o metabolismo lento da construção da paisagem rural entrou em fortíssima convulsão sem que houvesse tempo para reflectir sobre a distância que se cavou entre a resistência e o fixismo saudosista de um certo discurso sobre a paisagem trazida do passado – a paisagem *in visu*, no sentido de Alain Roger -, e aquela que “realmente” existe – a paisagem *in situ* (cf. ROGER, 1997) – e não cessa de se transformar acompanhando a transformação da sociedade que a produz.

A aceleração súbita da transformação do território, da sociedade e da cultura portuguesas, saturou o imaginário nacional com uma exacerbação paisagista que se confunde com conflitos e crises identitárias. Na vizinha Galiza, a polémica do “feísmo” exemplifica de forma muito clara este tipo de situação. A necessidade de reconstruir uma identidade Galega, por recorrer excessivamente à imagem de um passado rural e tradicionalista, convive mal com o sentimento de dupla perda que caracteriza o desmantelamento da sociedade e do território passado, sem, em contrapartida, reconhecer ou validar positivamente as transformações do presente: “O así chamado “feísmo” é un subproduto da desorde social dunha sociedade en transición” (cf. www.feismo.com).

No plano discursivo, ao banalizar-se a paisagem (qualquer que seja o conteúdo que se atribua à palavra) como um sujeito sem qualidades, abrem-se todas as possibilidades para aí confluírem todas as crises e traumas da relação tensa que a sociedade vai construindo sobre o território enquanto registo visível do quotidiano vivido, percebido, imaginado ou sonhado e, por isso, construtor de identidades.

Alberto Clementi classifica da seguinte forma os recursos identitários da paisagem (cf. CLEMENTI, 2002):

RECURSOS IDENTITÁRIOS

A PAISAGEM DE REFERÊNCIA

1.1 RECURSOS HISTÓRICO-CULTURAIS

- matriz histórica do território
- sistemas de permanência
- representações

1.2 RECURSOS FÍSICO-NATURAIS

- vegetação
- habitat
- ecologia da paisagem

1.3 RECURSOS SOCIAIS E SIMBÓLICOS

- lugares de identificação colectiva
- universo de significados
- referências perceptivas

Percorrendo os vários registos propostos por Clementi, percebe-se melhor a diversidade de polémicas disciplinares e ideológicas dos diferentes sujeitos (das várias áreas científicas, ao discurso do senso comum) produtores de discursos e imagens sobre as paisagens rurais.

2. Avaliações distintas da mesma questão

2.1 A paisagem rural: com ou sem agricultores?

Por oposição ao conceito de urbano, o território e a paisagem rurais eram inconcebíveis sem a presença das actividades e das populações agrícolas. Atendendo às tendências recentes, a dissociação entre uma e outra coisa parece evidente:

- a quebra da população activa agrícola em Portugal ocorreu de uma forma acelerada e sem que tenha ocorrido, na maior parte dos casos, um processo de modernização agrícola de tipo produtivista. As consequências visíveis traduzem-se pura e simplesmente no abandono do trabalho da terra e, por conseguinte, na rápida degradação dos traços de referência das paisagens tradicionais. A maior lentidão ou inércia da transformação da paisagem por comparação à velocidade da transformação social, criou autênticos paradoxos: aquilo que se vê – a paisagem rural –, não corresponde já ao quadro de vida de uma população que se possa considerar rural, quer no sentido funcionalista, quer, sobretudo, no cultural;

- as áreas em que se registam dinâmicas positivas de manutenção/evolução da produção e da produtividade agrícolas, evoluem em contextos muito diversos: a produção leiteira e hortícola no Noroeste, convive com territórios intensamente urbanizados onde nem sequer tem já sentido falar da dicotomia rural/urbano; no outro extremo, o caso excepcional do Alto Douro Vinhateiro, classificado como Património da Humanidade, conserva os seus traços paisagísticos de referência, conciliando-os com a modernização da produção vitivinícola; a intensificação da produção do vinho ou do azeite, os vários usos dos perímetros de regadio em regiões como o Alentejo, reformularam completamente a imagem tradicional da paisagem, agora valorizada também como recurso turístico.

Nestes e noutros casos, a matriz histórica do território, o sistema de permanências que suportava a ideia das representações do Portugal Rural “profundo” como último bastião de “autenticidade” identitária, encontram-se em profunda transformação. A patrimonialização/museificação (como no caso, também, das Vinhas do Pico) parece colher um consenso bastante alargado, embora de aplicação limitada e reservada apenas às paisagens de excepção.

Contra as teses da agricultura produtivista (compreensivelmente polémicas por parte da grande maioria dos agricultores e sancionada pela Política Agrícola Comum), pela defesa da RAN, Reserva Agrícola Nacional (que restringe o uso urbano do solo classificado mas não compensa os proprietários pela quebra do valor fundiário da terra), pela revitalização dos sistemas tradicionais de cultura e criação de gado como resposta à perda de qualidade dos produtos alimentares e à segurança alimentar, etc., acumulam-se e confrontam-se discursos, práticas e interesses de difícil conciliação. A resolução pela via da regulamentação da Estrutura Ecológica nos Planos Directores Municipais, ou, no futuro, pelos Planos de Paisagem, não parece ser um caminho seguro para a defesa da paisagem rural (qual delas?), se a economia e as populações que a habitam não encontrarem aí modos de vida economicamente viáveis, e aqui parece residir o fundamental da questão. A antiga relação próxima e directa entre a produção agro-pecuária e florestal e a paisagem está completamente fora de questão.

2.2 A paisagem rural: lugar de identificação colectiva?

O paisagista francês Michel Corajoud, Grande Prémio do Urbanismo 2003 em França, defende a ideia de que “o campo pode ser o monumento das cidades contemporâneas” (cf. ESTÈBE; PINSON; ROUX, 2004). Contrariamente à ideia de monumento/edifício (cf. CHOAY, 2000) a paisagem rural tomaria aqui o sentido do poder evocativo e identitário do conceito. A proposta, à primeira vista desconcertante, é contextualizada no âmbito da “cidade emergente”, da “urbanização difusa”, ou da “rurbanização”, como lhe queiramos chamar. Neste sentido, a preocupação da consciência paisagista é a de guardar os sentidos e as memórias da França rural nos fragmentos do território que de uma forma descontínua e fragmentada, subsistem nos interstícios da explosão urbana recente. Qualificar o território urbanizado, passaria, assim, por integrar e, ao mesmo tempo, destruir a dicotomia rural/urbano, tomando o território como um todo, um espaço com diferentes usos, morfologias e funções que se valorizariam mutuamente no plano e no projecto urbanos. A “ville-pays” seria conceptual e funcionalmente a nova “paisagem” de uma sociedade urbana “en mal de nature”, e pretenderia resolver os excessos da predação urbana dos espaços rurais permitida pelo aumento rápido do índice de motorização e da mobilidade (loteamentos de habitação unifamiliar, segunda habitação, turismo rural, etc.).

O objectivo pretenderia superar o trauma da perda da paisagem rural, a conciliação do habitat urbano no meio rural, e a defesa do valor fundiário do solo agrícola... , demasiada ambição, diríamos nós. Ficaria por provar com que instrumentos de política se construiria a resistência das populações, das actividades e do solo agrícolas, não tanto do lado da contenção da propalada voracidade da urbanização extensiva, mas antes da reconstrução da viabilidade económica da manutenção da actividade agrícola, agora também responsável pela (re)produção de paisagens e não apenas de bens e serviços.

Cabe lembrar que, a propósito do discurso da descaracterização das paisagens rurais e do desaparecimento das actividades e dos saberes agrícolas, quase ninguém se lembra que talvez seja impensável querer que os agricultores se alimentem de uma espécie de auto-estima que os levaria a cultivar a terra e a preservar as paisagens para simples deleite

estético e atitude contemplativa dos novos residentes ou visitantes. Voltando a França, houve já quem defendesse a política dos “jardineiros da paisagem”, espécie de operários “agrícolas” pagos pelo Estado, que manteriam o aspecto visual da paisagem praticando uma agricultura disfuncional produtora de autênticos simulacros da paisagem perdida. Não estaríamos longe dos parques temáticos e de outras indústrias do lazer, mas quanto à questão da identificação colectiva, convenhamos que a solução soa a falso. Basta consultar a abundante literatura que existe sobre o turismo em espaço rural para perceber o enviesamento das vivências e dos laços que se restabelecem com esse mundo rural reduzido a cenografias mais ou menos verosímeis, a retalhos pitorescos, a simulacros, a lareiras crepitantes ou a desfolhadas festivas.

2.3 A paisagem rural: a conservação dos recursos bio-físicos

Outro dos registos frequentes vê, com certa razão, a perda de valiosos recursos bio-físicos com o desaparecimento do mundo rural tradicional. Contrariamente à agricultura especializada e produtivista, fortemente poluente e desequilibradora dos ecossistemas naturais, as práticas tradicionais desenvolviam-se num ambiente de escassez, de incipiência das tecnologias usadas e de pleno aproveitamento e renovação dos recursos naturais. Tudo se aproveitava, tudo se reciclava em complexos sistemas de policultura que atingiram, frequentemente, um grau de complexidade e de equilíbrio notáveis como era o caso dos vales minhotos. A relação com a exploração dos baldios de matos, pastagens e madeira, a construção de complexos sistemas de captação e distribuição de água para os campos de lima e para as regas de Verão, o arroteamento das encostas e a manutenção de pequenas parcelas em socalcos, a relação entre a estabulação e a produção de fertilizantes orgânicos, a mistura de espécies vegetais ou animais ou a escolha cuidadosa dos terrenos segundo a sua aptidão (humidade, sombreamento, características edáficas, etc.), etc., compunham um sistema de saberes partilhados e de práticas onde se misturavam restos de comunitarismo (baldios, sistemas de rega, vezeira,...), de entre-ajuda e de sobrevivência familiar.

Tudo isto, esquecida a miséria das sociedades rurais, nos parece agora narrativa bucólica e intemporal que possui uma elevada capacidade de retórica e de encantamento onde natureza e cultura se fundiam em mundos mais que perfeitos, onde o folclorismo (tantas vezes política e ideologicamente manipulado) encontrava campo fértil para compor ficções alegres e pitorescas. A verdade é que, ignorados os dramas sociais da pobreza, da insalubridade, do analfabetismo, da emigração, da sub-nutrição..., estes sistemas e modos de culturas garantiam a identidade das paisagens e elevados níveis de biodiversidade e qualidade, quer do que se produzia, quer dos recursos naturais mobilizados para essa produção.

Hoje, quer a agricultura especializada e produtivista, quer o abandono dos sistemas tradicionais de cultura, constituem sérias ameaças do ponto de vista ambiental: a primeira, caucionada pelo mercado e defendida pelas lógicas estritas da política agrícola dominante, pelo elevada factura ambiental, quer em termos de degradação dos solos, produção de poluentes químicos e perdas drásticas de biodiversidade; a segunda, pela recomposição de sistemas ecológicos relativamente empobrecidos, devido à rápida evolução de espécies infestantes (exóticas, em muitos casos), pela substituição por plantios florestais mais ou menos especializados, ou por culturas intensivas de tipo produtivista com as consequências já referidas (caso da vinha). No caso da floresta e matas, em terrenos ex-agrícolas ou não, mas com predominância do eucalipto e do pinheiro bravo, quer a ausência de política florestal, quer o descuido (ou simples abandono) em termos de limpeza das matas, aumentaram a vulnerabilidade aos incêndios com todos os prejuízos económicos, ambientais e paisagísticos daí decorrentes.

3. Tristes tópicos

Do exposto, percebem-se muitas das razões desta súbita emergência da paisagem (ou dos discursos que dela se servem) como preocupação “socialmente correcta”:

- a ameaça da “identidade nacional” por uma série de processos típicos da sociedade contemporânea (da globalização dos mercados, da perda da moeda nacional, da banalização das práticas e imaginários culturais “genéricos” veiculada pelos *media*; da miscigenação; do uso da língua, do gosto; etc.), tocou o “território” dessa identidade. Do “urbano profundo” – o centro histórico -, ao “rural profundo” – a paisagem e a aldeia históricas, aprofunda-se uma hiperconsciência social que em tudo o mais só vê caos, anomia e fealdade. Abre-se, assim, o caminho para as políticas da patrimonialização, mas não se vislumbra saída para a paisagem “ordinária”, onde a condição teórica da paisagem enquanto construção mutante e socialmente produzida, não é conseqüente com a avaliação que, quase sempre, é adjectivada em termos de “descharacterização”, “agressão”, etc., sempre com referência a um passado mais ou menos longínquo e quase mítico;

- o agudizar da consciência ambiental (quer no campo social, quer no estrito campo da produção científica), trouxe a paisagem de volta pela mão dos primeiros teóricos da ecologia da paisagem. As preocupações que, primeiro, se centravam nos desequilíbrios biofísicos (perda de biodiversidade, destruição de ecossistemas sensíveis, poluição, degradação da qualidade dos recursos naturais, etc.), irrompem agora pela análise dos efeitos antrópicos, e mesmo pela avaliação estética, “objectivada” em sensações, p.e., de “(...) grande tranquilidade, de largueza e frescura mas, também, de grandeza, revelando-se como agressivo e bravio em situações de tempestade quando o vento se faz sentir em toda a sua pujança (o oceano)” (CANCELA et al., 2004, vol.V, 139-140)

- os antecedentes estéticos da paisagem e dos valores por ela veiculados – do puro decorativismo de fundo de cena, ao bucolismo, ao sublime, às sensações de tranquilidade, desolação, isolamento, serenidade, desassossego, solidão, grandiosidade... - deram lugar ao desconstrutivismo, à entropia, ao caos, à complexidade, à incerteza, à indeterminação, ao simulacro, ao virtual, etc. Por oposição a atitudes saudosistas e patrimonialistas, podem-se agora encontrar com facilidade outras posturas e a outros paradigmas sobre as paisagens da dita pós-modernidade;

- do ponto de vista das habituais partições disciplinares no campo das políticas do ordenamento do território, a paisagem tornou-se também numa espécie de divisor comum para onde confluem novas sínteses disciplinares de origem diversa. Paradoxalmente, em contexto de crise do sistema de planeamento do Estado Providência (e do próprio modelo político que o caracteriza) e da cada vez menor capacidade do Estado regular os processos sociais, reclamam-se intervenções de carácter sempre “integrado” e “participativo” que entram em conflito com a explosão das subjectividades sociais, com a crescente desfocagem do interesse colectivo, com a desarticulação entre a esfera do mercado (global), da cultura (da produção de sentidos e visões do mundo que vão desde os localismos ao cosmopolitismo) e do Estado; como referia Daniel Bell “demasiado grande para as pequenas questões e demasiado pequeno para as grandes” (BAGNASCO, 2003, 95).

Nesta espécie de fogo cruzado, não é fácil encontrar consensos sobre o que é que está em causa na análise e, sobretudo, na definição de políticas, prioridades e instrumentos de regulação das paisagens. É caso para nos perguntarmos novamente, como refere Augustin Berque a propósito da emergência da paisagem no Renascimento “il faut comprendre pourquoi les Européens, à la Renaissance, se sont mis à voir comme paysage ce que, jusquelà, ils se bornaient à appeler “pays” (...) pourquoi le même phénomène, douze siècles plus tôt, s’était produit en Chine” (BERQUE, 1993, 63).

BIBLIOGRAFIA

- BAGNASCO, Arnaldo (2003) – *Società Fuori Squadra*, Ed. Il Mulino, Bologna.
- BELO, Duarte (1999) - *Orlando Ribeiro* ; Ed. Assírio & Alvim, Lisboa
- BERQUE, A. (1993) – « Paysage à la chinoise, paysage à l'européenne », in MOTTET, J. (ed.) (1993) – *Les Paysages du Cinéma*, Ed. Champs de Vallon, Seyssel, pp. 61-69.
- BUESCO, Helena ; Duarte, J.F. ; Silva, Fátima (org) (2004) - *Corpo e Paisagem Românticos*, Ed. Colibri, Lisboa
- BUREL, F. ; BAUDRY, J (2002) – *Ecología del Paisaje, conceptos, métodos y aplicaciones*, Ed. Mundi-Prensa Libros, Madrid.
- CANCELA d'ABREU ; CORREIA, T.P. ; OLIVEIRA, R. (coord.) ; (2004) – *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Universidade de Évora, ed. DGOT-DU, 5 vol., Lisboa.
- CHOAY, F. (2000) - *A Alegoria do Património*, Ed. 70, Lisboa (1ª ed., Édit. du Seuil, 1982)
- CLEMENTI, Alberto (2002) – *Interpretazione di Paesaggio*, Ed. Meltemi, Roma.
- ESTÈBE, P ; PINSON, D. ; ROUX, J.M. (2004) – « Blé, melons, voies rapides, parcs d'affaires et pavillons », *Revue Urbanisme*, n°338, pp. 41-47.
- FINISTERRA (2001) – *Finisterra*, Vol. XXXVI, n° 72, Centro de Estudos Geográficos da UL, Lisboa (número temático sobre a Paisagem).
- MADERUELO, J. (2004) – *William Gilpin, 3 ensayos sobre la belleza pintoresca*, ed. Abada, Madrid.
- MOTTET, J. (ed.) (1993) – *Les Paysages du Cinéma*, Ed. Champs de Vallon, Seyssel.
- RIBEIRO, O. (1993 ; 1945, 1ª ed.) – *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*, Sá da Costa, Lisboa.
- ROGER, Alain (1997) - *Court traité du paysage*, Ed. Gallimard, Paris.
- ROUX, J.M. (1997) – “Un territoire innomable” in *Poiesis*, n°6, Paris, pp. 65-79
- TELLES, G. R. (1992) – *Um novo conceito de paisagem global: tradição, confrontos e futuro*, Universidade de Évora, Évora.
- Paisagem e Literatura (2004)* – Comunicações ao Colóquio “Paisagem e Literatura”, Jardim Botânico da Universidade do Porto, Outubro de 2004
- <http://www.feismo.com>, *Server at www.difusora.org*

